

Há assim um equilíbrio entre uma narrativa inteligível – coerente, fluida e cativante – e uma objectividade científica, com a devida utilização de uma linguagem apropriada, tarefa difícil de concretizar e que torna a leitura dos textos acessível a um público mais alargado.

*Pedro Ricardo da Silva Santos*

Aluno do 1º ciclo em História da Faculdade de Letras da Universidade de Coimbra  
prssotnas@gmail.com

**PROSPERI, Adriano – *Dar a alma. História de um infanticídio*. São Paulo: Companhia das Letras, 2010 e *Dare l'anima. Storia di un infanticidio*. Torino: Einaudi, 2005.**

DAR A FACA. HISTÓRIA DE UMA LÂMI(N)A:

*Duas assonâncias, dois sinónimos, uma metonímia?\**

Não é simples apresentar o denso e articulado estudo de Adriano Proserpi, publicado em Italiano em 2005, e editado no ano passado em Português, respeitando o título no idioma de origem: *Dare l'anima. Storia di un infanticidio*. Como outros inovadores trabalhos publicados pelo Autor (Professor de História da Reforma e da Contra-Reforma da Scuola Normale Superiore di Pisa) na Einaudi, também neste caso é um episódio truculento a fazer de prelúdio a um livro tripartido (*A história; Os atores: pessoas e não pessoas; A justiça*) e particularmente atento aos actores principais e não protagonistas.

Trata-se de uma aliciante leitura também nesta versão traduzida por Federico Carotti, e da minha parte tive várias sugestões, digamos histórico-filológico-lexicais, que salientei já na titulação desse percurso, no qual utilizo aliás material iconográfico. O incisivo título do texto editado pela Companhia das Letras *Dar a alma. História de hum infanticidio* mudei-o – alquimia da linguagem – para *Dar a faca. História de uma lâmi(n)a. Duas assonâncias, dois sinónimos, uma metonímia?*

\* Desejo expressar o meu agradecimento mais profundo ao Professor José Pedro Paiva que me deu a ocasião de apresentar esta proposta de leitura num seminário do 3º ciclo em Altos Estudos em História na Faculdade de Letras, Universidade de Coimbra.

Num primeiro olhar é um jogo de palavras favorecido pela estrutura dos vocábulos portugueses e italianos, considerando que *faca* é uma assonância de *alma*; e que *lâmina* é a transcrição de “l’anima”, função de uma ligeira metátese entre M e N. Para além do mais, o termo *lâmina* (*lamina* com o mesmo sentido em italiano) depois da contracção do N transforma-se em *lâmia*, palavra que – tanto em italiano como em português – tem uma etimologia grega que retoma um interessantíssimo mito. Por outro lado, *faca* e *lâmina* só à primeira vista podem ser interpretadas como dois sinónimos, ou dois termos intercambiáveis. Contudo, não quero desviar os olhos das acções criminosas desenvolvidas por uma alma “indefesa” à arma do crime. Não há que esquecer, com efeito, que as palavras no contexto da frase constituem uma projecção de sistemas sociais, e muitos modos de dizer nascem de *praxis* judiciais do passado, ou de práticas de justiça com evidente intenção infamante. No entanto, a *faca* é a palavra-chave das perguntas prescritas na leitura do livro que o Autor começa como um enredo de romance histórico.

Quem dá a faca?

Foi Lucia Cremonini a dar uma facada profunda. Crime pelo qual a jovem foi condenada à forca e o seu corpo objecto de uma lição pública de anatomia.

A quem deu a facada Lucia?

Ao seu filho de sexo masculino, parido em pé, postura olhada com suspeição pelos juízes. Pela ferida no pescoço o menino morreu sem ser baptizado. Um acto sacramental fundamental para não serem excluídos da porta da salvação eterna.

Quando e onde cometeu o crime?

Foi a 5 de Dezembro de 1709, cerca de nove meses depois do Carnaval, após uma gestação cuidadosamente escondida. A cena do delito foi um quarto alugado em Bolonha. Segunda cidade do Estado Pontifício, este espaço urbano era o centro gastronómico da região da Emilia Romagna e da *mortadella*: o alimento consumido por Lucia com o homem – um padre jovem – com quem teve uma extemporânea relação naquele momento de festa. Também o detalhe culinário é interessante para explicar o *milieux* identitário de Bolonha «a gorda», como lembra o Autor. Bolonha é, de igual modo, cidade com uma longa tradição académica de medicina forense, onde fica uma das mais importantes universidades formadora de profissio-

nais que colaboraram com o tribunal na identificação das causas do crime, neste caso um infanticídio.

Por que é que a mãe deu a facada? Com que finalidade foi dado o golpe naquele corpinho?

O advogado dos pobres que defendeu Lucia disse aos juízes que a jovem o tinha feito por necessidade, para proteger o que era mais precioso, ou seja a sua honra: o único bem/moeda para colocar no banco do mercado matrimonial para as mulheres da mesma condição social de Lucia. Um factor diferente a respeito da fragilidade biológica do Antigo Regime ou da simples pobreza da mãe.

Não existia nenhuma afeição que enlaçasse a mãe ao seu filho morto e colocado tão depressa na sacola? E não havia outra possibilidade para evitar esta acção extrema?

Estas são algumas das muitas perguntas que o Autor coloca, através das quais se entra numa dimensão que o próprio documento processual não permite conhecer. Também neste caso Prospero soluciona estas «curiosidades» contextualizando o que a documentação judiciária não diz, mas que o historiador como um juiz – ou melhor ainda como o médico – tem de investigar, tendo cuidado com as pistas, os detalhes, interpretando sinais, sem transferir as preocupações do presente para o passado.

E, de facto, a lâmina, o corpo do delito mostrado e reconhecido por Lucia, não é um pormenor? A lâmina, no entanto, não é só uma parte da faca, e só aparentemente é uma metonímia ou simples sinónimo. Com efeito, lâmina é uma palavra polissémica e, de acordo com o *Grande Dicionário da Língua Portuguesa* de António de Moraes Silva (1755-1824), também tem um outro significado, usado especialmente em âmbito popular, a saber “Pessoa bronca, tapada, estúpida” [vol. VI, p. 133, 10ª ed., 1949]. Talvez Lucia o fosse, seguindo o fio dos documentos lidos e relidos, propostos pelo Autor, o qual sublinha a versão do advogado Arrighi, para quem a protagonista «agira em estado de necessidade, para evitar a perda da honra, movida também por seu parco entendimento das coisas, ”simplicitas”» (p. 24, 136; e versão Italiana, p. 13 e 116).

Provavelmente, ainda nessa altura, em âmbitos culturais eruditos, entre as muitas percepções que Lucia pode ter dado de si mesma, podia ser considerada uma lâmia, significando este termo também “Bruxa, maga,

feiticeira ou qualquer outro fantasma quimérico, em que, segundo a crença dos antigos, se transformavam as mulheres para devorarem as crianças, ou chuparem-lhes o sangue” [cfr. o mesmo *Dicionario*, vol. VI, p. 133]. Este termo alinha-se também com as suspeições das sociedades perante algumas mulheres tidas por bruxas. Exemplificativos, embora mais tardios, os tratados de demonologia, como o de Ulrich Molitor *De lamiis et phitoniciis mulieribus tractatus* (1478); ou o parágrafo *Tractatus unus de sortilegiis alter de Lamis et excelentia* dedicado a este aspecto por Paolo Grillandi; aliás, no *Tractatus subtilis et elegans de lamiis* (1511) do Giovan Francesco Ponzinibio, o canonista sublinhava serem essas bruxas (homens ou mulheres) pessoas ímorais e brutas. Autores de que as recentes entradas de Matteo Duni no *Dizionario Storico dell’Inquisizione* (monumental obra coordenada por Prospero, Edizioni della Normale, 2010) oferecem um actualizado perfil a respeito de quanto dito por sua parte por Giovanna Bosco, na *Bibliotheca Lamiarum [Documenti e immagini della stregoneria dal Medioevo all’età moderna]*, Pacini editore, 1994]. Por outra parte, no final dos anos oitenta do século passado, Francisco Bethencourt evidenciava no início do seu livro [*O imaginário da Magia. Feiticeiras, adivinhos e curandeiros em Portugal no século XVI*, Universidade Aberta, 1987] as diferenças lexicais existentes a vários níveis de cultura nas distinções entre *Lamia*, *Strix*, e *Venifica*, entradas estas que retomavam a tradição clássica latina.

As bruxas eram figuras obsessivas e de larga duração do imaginário cultural associadas às mulheres que matavam as crianças e lhes chupavam o sangue. Essas perigosas categorias no livro de Prospero abraçavam, de igual modo, outros tipos sociais acusados de cometer análogos gestos rituais: assim como as bruxas, e ainda hereges e judeus eram «grupos humanos que fundariam a sua coesão sobre um rito cujo centro consistiria na morte de uma criança» (p. 31; V.I. p. 20). Também a estes são dedicadas páginas densas nos primeiros parágrafos do estudo que procura seguir a evolução histórica do infanticídio: «um evento relativamente habitual» (p. 29 ;V.I. p. 18). Com o objectivo de definir, classificar e medir a parábola do crime, o Autor não deixa de considerar os vários aspectos do assassinio das crianças cometido pelos pais: uma categoria de sujeitos muito estrita esta, mas que lembra o mito de Saturno ou de Medeia, capazes de agir de forma tão perversa. No entanto, como é ilustrado com grandes saltos cronológicos

e espaciais, utilizando diferentes historiografias e tipologias documentais, a mãe não tinha sido o objecto privilegiado para crimes dessa natureza.

Se este é cuidadosamente relatado no livro, os dicionários levam-nos a prosseguir este intrincado trilho entre os textos escritos e figurativos, que se costuram com os fios da mitologia. No *Dicionário* de Moraes, perto da entrada *lâmina*, encontra-se também a palavra *lâmnia*, cuja etimologia por sua vez é derivada de um mito tão intrigante, talvez menos conhecido do que a heroína da tragédia grega.

Lâmnia foi a bela rainha da Líbia da qual se enamorou Zeus, que lhe concedeu o dom de tirar os olhos de suas bases e restaurá-los à vontade. Um importante detalhe, os olhos, um órgão que se encontra ao longo do livro, assim como é o sentido de olhar, o mais importante na percepção comum (p. 103; V.I. p. 86). Voltaremos a este tema particularmente caro a Prospero, que o trata em diversos estudos publicados pela Einaudi, tais como *Tribunali della Coscienza. Inquisitori, confessori, missionari* (1996), onde se focaliza no olhar entre confessor e penitente, e no sentido disciplinado pelo móvel sagrado do confessionário o qual tinha que separar – mas não dividir – os protagonistas do sacramento; olhos a que regressa em *Giustizia bendata. Percorsi storici di un'immagine* (2008).

Quanto ao caso específico é preciso dizer que, tal como Lucia Cremonini, igualmente Lâmia foi culpada do crime de infanticídio, uma série deles cometidos não sobre os seus filhos, mas sobre os de outras mulheres para se vingar de Hera. A deusa ciumenta, por sua vez, tinha morto os filhos que Zeus, seu marido, teve com a bela rainha durante a ligação extraconjugal. Despedaçada pela dor, Lâmia começou a desferrar-se sugando o sangue e devorando os filhos de outras mães. Portanto, como uma bruxa que comete um acto ritual é, para além disso, outro exemplo de como não é sempre e apenas a mãe a cometer este crime atroz.

Foi Horácio que, na *Ars Poetica*, para admoestar o poeta para que fosse o mais verdadeiro possível nas suas invenções, retomou o mito grego destas figuras monstruosas, capazes de engolir crianças e devolvê-las intactas se se rasgasse a barriga. Um feito impossível de acontecer para o autor da literatura latina. A nível figurativo, aliás, é difícil encontrar exemplos desse aspecto terrível segundo o *Lexicon iconographicum mythologiae classicae* [LIMC, vol. VI, t.2, 1992, Artemis, p. 90-91]. Mais, o mito de Lâmia no

V século a. C. podia ser representado como mostra um vaso ático, hoje ao Museu Arqueológico de Atenas (fig. 1), onde é dado a ver uma mulher nua, amarrada a uma árvore, atacada por sátiros com um chicote, enquanto alguns puxavam a sua língua com um alicate e outros queimavam os seus pêlos púbicos. Imagens estilizadas de acordo com as fórmulas pictóricas da época, mas, *mutatis mutandis*, lembram os estereótipos das gravuras polémicas que mostravam as penas impostas a quantos eram acusados de bruxaria e torturados para procurar evidências do pacto com o diabo.

Não podemos demorar sobre esta fonte, testemunho de fascinantes processos culturais, em particular de um antigo modelo iconográfico chegado do Oriente e transmigrado na Época Moderna que se mudou, adaptando-se a contextos sociais e históricos tão remotos e distantes. Por sua parte “num pais sem caças as bruxas” – retomando o título do livro de José Pedro Paiva [*Bruxaria e superstição num pais sem caças ás bruxas (1600-1774)*, Editorial Notícias, 2002] que tratou extensamente o fenómeno da bruxaria – referindo-se ao mito, evidencia-se como diferentemente de outros espaços geográficos, em Portugal foi invulgar a referência ao canibalismo praticado sobre crianças durante as assembleias nocturnas.

Com os devidos aprofundamentos da pesquisa, provavelmente, essa fonte iconográfica pode fornecer uma confirmação para além do que diz o Autor em várias etapas do livro, porquanto a bruxaria e o infanticídio são dois crimes femininos por excelência (p. 40, 55; V.I, p. 28, 42), que não por acaso se entrelaçam obsessivamente. E com efeito obsessões, medos, ansiedades, *dubia de sacramentis*, sentidos de culpa, necessidade de segurança para os meninos que morrem sem baptismo são as tensões que marcam muitas das questões abordadas no livro. Páginas que se abrem para além do mais à cesariana e às propostas revolucionárias de meados do século XVIII feitas pelo jesuíta siciliano Emanuele Cangiamila, no seu tratado traduzido em latim (1758), francês (1762) espanhol (1774) e português (1791-92), aqui com o título *Embriologia Sagrada ou tratado da obrigação que tem os parochos confesores, médicos cirurgiões, parteiras e universalmente todas as pessoas de cooperar para a salvação dos meninos que ainda não teem nascido, ou que nascem ao parecer mortos, dos abortos, dos monstros etc.* Este tratado com ampla difusão social, sugeria um ‘nascimento artificial’ destinado a salvar *in extremis* o feto para baptizá-lo, repropunha segundo

outra luz a exortação de Horácio para que o poeta não inventasse obras fantasiosas e acontecimentos impossíveis como no caso do mito de Lâmia, a quem se abria a barriga extraíndo-lhe um feto vivo (*Ficta voluptatis causa sint proxima veris, / ne quodcumque volet poscat sibi fabula credi, / neu pransae Lamiae vivum puerum extrahat alvo*).

A luz, aliás, é uma outra palavra-chave em torno da qual o Autor gravita, não só pelo nome da protagonista Lucia que deu à luz o menino: a luz serve de facto para ver, e é o sentido do olhar que no início de Dezembro de 1709 e nas semanas posteriores, levou os vizinhos a notar os sinais de gravidez da jovem; assim como guiou as testemunhas a pesquisar no quarto da mãe, achando a faca e o saco escondido sob a cama. Este sentido profissional, juntamente com o tacto, guiará os cirurgiões a reconhecer a causa da morte do infante; e permitir que as parteiras notassem os cabelos, as unhas das mãos e dos pés do «menininho bem formado em todas as suas partes». Os olhos fixos em cima de Lucia são um exemplo microscópico do que teria acontecido um pouco mais tarde, quando na cultura do Século das Luzes o infanticídio como crime cometido pela mãe se tornou num tema que concitou muita atenção. Segundo uma taxonomia aberta a um amplo ângulo de visão e cronológico, até o espectáculo intolerante de horríveis torturas nos corpos de criminosos julgados em nome da razão. Aquela mesma razão que sabia distinguir as diferentes responsabilidades, dependendo se eram homens ou mulheres cúmplices para cometer esses crimes nefandos. Neste caso Lucia foi condenada, situação diferente do jovem sacerdote do qual nem sequer sabia o nome e desapareceu. Significativo é ainda outro exemplo desse dimorfismo penal, que teve lugar em França, em 1692, quando um tal Claude Collet, que tinha ajudado a sua mulher a libertar-se do fruto da própria relação, foi apenas condenado a acompanhá-la debaixo da forca onde a mulher foi enforcada (p. 140; V.I. p.119). Uma divergência importante por um crime/pecado condenado por mecanismos de exclusão social dolorosos e infamantes, quais penitências públicas que afectavam sobretudo as mulheres. Em França não faltaram vozes discordantes, como a suscitada pelo bispo Jean Gerson no início do século XV. Preocupado em não acumular o sofrimento nos laços familiares, o prelado aconselhava as autoridades eclesiásticas a uma atitude respeitosa e compreensiva (67-68; V.I. p. 55-6). Razões pastorais as suas, mas também uma sensibilidade

diferente que de todas as formas não se limitava à área francesa. Mais tarde, nos séculos XVIII e XIX, razão mas também sentimento serão elementos-chave para tornar o infanticídio argumento privilegiado da produção artística literária que tinha como protagonistas mulheres sozinhas ou mães sem maridos.

Por outra parte, no mundo feminino que rodeou Lucia, depois de ter ultrapassado sozinha o limiar passagem de simples jovem honesta para mãe culpável de infanticídio, ressalta a parteira. Abordando o papel social desta figura ambígua e liminar, cuja percepção social ia desde a bruxa até à de pessoa privilegiada “que está diante” da mulher no parto, mas também coadjutora do mundo eclesiástico administrando o sacramento do baptismo, ou como no caso do protagonista de Bolonha, uma valiosa aliada do tribunal del Torrone, a herdeira da bacante clássica resume claramente uma série de novas funções e responsabilidades cada vez mais disciplinadas.

Sínodos e documentos diocesanos são fontes preciosísimas para sondar o interesse demonstrado pelas autoridades eclesiásticas sobre essas mulheres depositárias de conhecimentos frequentemente transmitidos oralmente. Prosperi apresenta exemplificações atentas sobretudo aos espaços diocesanos da Itália do Norte. Para além disso, da mesma maneira articulada foi a legislação dos sínodos dos séculos XVII e XVIII dos bispos do *Mezzogiorno* da Península Itálica onde, para além dos prelados de nação italiana, em algumas dioceses havia bispos de origem ibérica. Prelados com formação teológica ou canónica e que exercitavam os seus *munus* em territórios caracterizados por um caleidoscópio de etnias (gregos, albaneses, ciganos) e também comunidades com práticas, habitus e rituais comunitários que se distinguiam dos das povoações autóctones. Permanecendo neste espaço, de acordo com quanto exemplificou David Gentilcore [*From Bishop to Witch: The sistem of the sacred in Early Modern Terra d'Otranto*, Manchester University Press, 1994], excepcionalmente as parteiras podem encontrar-se nos actos judiciais diocesanos para iniciar a canonização de um santo, como San Giuseppe da Copertino (1603-1663). No vasto campo de acção taumatúrgica do frade franciscano oriundo de uma pequena comunidade do Sul de Itália, estavam também os partos difíceis. Durante o processo para o reconhecimento das heróicas virtudes do franciscano, os depoimentos da parteira Laura Falconiera, por um lado, constituem um fraco fio pelo qual

resulta que na execução do sacramento confessional – garante de uma boa conduta moral – a *obstetrix* (como registou o notário) não frequentasse com uma particular intensidade o confessor que devia guiá-la espiritualmente. Por outra parte, o testemunho da *mammanna* (como se declarou Falconiera) é interessante porque explica como uma potente relíquia do frade fosse capaz de favorecer o parto de uma mulher em perigo de morte. Desta maneira a intervenção por contacto da relíquia do futuro santo entrava em competição com as técnicas de manipulação dos médicos e da mesma parteira.

Na povoação de origem do santo – que foi processado pela Inquisição romana na primeira metade do século XVII por simulada santidade – não existem refigurações deste milagre. Muito significativa, porém, é uma pintura realizada depois da sua beatificação (1753). Aquele testemunho hagiográfico que figurava o futuro santo em glória tinha um significado especial encontrando-se no espaço onde se administrava o sacramento baptismal. Além disso, associando visivelmente o novo beato com uma concha *pecten jacobeus* e com outros elementos indigitados pelo frade, reassumia a história das relações de clientela terrena e de protecção celeste estabelecidas entre a “terra” de origem e o poderoso concidadão, jogando finalmente um forte papel entre sistemas protectivos-cultuais e onomásticos. Histórias conhecidas dos membros daquela comunidade e concentradas naquela pintura: uma micro história descodificável por eles e que reflectia processos análogos a quanto sucedia no mundo clássico com os nomes dos protagonistas da mitologia.

No livro de Prosperi mais do que as luzes sobre a parteira evidenciam-se as sombras como aquelas ultrapassadas por essas mulheres que, longe dos olhos dos homens, praticavam os seus conhecimentos no campo das relações sexuais, na gestação e no parto, auxiliando as mães nas etapas cruciais de vida ou de morte. A profissão da parteira é definida «mágica» (p. 48; V.I. p. 36), situada à margem daqueles momentos de bifurcação, actuando para o bem ou de mau olhar.

E quanto ao historiador qual é o seu trabalho, qual é a direcção do seu olhar? Ele também actua como o médico que, através da observação dos documentos pode levar ao conhecimento de algo que permanece oculto. Um acto que às vezes pode ficar incompleto quando se investigam os vários objectos e temas de interesse historiográfico recentes como as condições diferentes e as distintas posições sociais dos indivíduos, os ritos de passagem,

o papel da mulher na posição de mãe, a divergente dignidade na hierarquia da espécie dos meninos e das meninas, a consideração dos frutos de vínculos matrimoniais aceites ou daqueles proibidos derivados de relações extra-conjugais; o infanticídio entendido como prática social passado depois a crime perseguido por lei; a sua condenação com penas dissuasoras seguidas por punições por meio de sistemas de controlo preventivo; o conceito de alma; a percepção do condenado desde perigoso a vítima dócil. Apesar do conhecimento parcial e limitado a que se pode chegar numa investigação, o Autor abarca os factos com um abrangente ângulo visual, dando alma a algumas páginas e costurando belas metáforas, como aquela notada por Laura Mello Sousa na badana da versão editada no Brasil.

Com efeito, ao lado do olhar masculino, o Autor reconhece também o de muitas historiadoras que, desde a segunda metade do século passado, foram capazes de ressuscitar da memória factos e documentos históricos, bem como dados qualitativos e quantitativos além de motivos dos delitos e resultados dos procedimentos: aspectos identificados em diversos contextos geográficos e culturais. Esses estudos, tratados com diferentes cortes metodológicos têm uma vigorosa legião composta, entre outras, por Natalie Zemon Davis (pelas pesquisas em França), Ulinka Rublack (Alemanha), Claudia Pancino, Ottavia Niccoli, Giovanna Fiume, Christiane Klapisch-Zuber, Giovanna Da Molin e Giorgia Alessi (Itália). Todas elas, embora de gerações e formações diferentes, aprofundaram os simbólicos lugares marcados por Gabriella Zarri, abrindo esses *topoi* para outros contextos sociais e geográficos honrados/desonrados por relações prescritas ou proibidas. Além delas, para a área portuguesa podemos acrescentar Isabel Drumond Braga, Iria Gonçalves, Maria Antónia Lopes, Ana Isabel Marques Guedes e Fátima Reis que têm estudado vários aspectos destas categorias marginalizadas, fazendo-as sair do anonimato. Por isso mães sem maridos, crianças recém-nascidas e abandonadas, sistemas onomásticos, inspecções nos corpos de mulheres sem maridos controladas por autoridades e sociedades, lugares como prisões da justiça civil ou do Santo Ofício, mosteiros e conventos, colégios ou hospitais, misericórdias ou recolhimentos tornaram-se campos historiográficos decisivos.

O crime hediondo – ou, melhor dito, nefando – teve voz renovada, e fontes que foram usadas no passado em áreas específicas podem ser

usadas para novas perguntas. Não só os arquivos da justiça podem fornecer elementos para desenhar perfis de criminosos, mesmo *libri baptizatorum*, *status animarum* ou *ròis de confessados*, registos de institutos caritativos de recolha são um património documentário para dar conta do fenómeno social e costurá-lo com outros aspectos levados em consideração e controlados pelas autoridades seculares ou eclesiásticas.

Mas para aqueles que não têm um nome e por isso mostram um outro *omen*, como é possível escrever a história desse ser humano? Esta é uma grande dificuldade, uma curiosidade às vezes insatisfeita que não permite assinar os movimentos, seguir a pista e reconectar o indivíduo a um contexto relacional e, portanto, identificá-lo. No documento do processo de Bolonha foi o padre jovem que desflorou a protagonista o sem nome da história: «um fugaz figurante» está também definido. Atento na procura de um perfil individual o Autor, no entanto, revela o carácter social do clérigo em busca de aventura: não um retrato, mas um contorno colocado no contexto e entre os comportamentos vigentes. No entanto, além do que diz Prosperi, no Carnaval de Bolonha talvez não pudessem faltar papéis invertidos e escondidos, entre os quais se enquadrava também o jovem descrito pela Lucia. O hábito no seu caso não fazia o monge, e se por trás da máscara de um sacerdote estava escondida uma outra identidade daquele que cometeu o estupro, talvez, neste contexto, se pudessem compreender as advertências dos bispos particularmente atentos à utilização de paramentos eclesiásticos para fins diferentes dos prescritos nas cerimónias sagradas. Com efeito, deslocando-nos para outro contexto geográfico tão aberto para semelhantes prazeres e papéis sociais invertidos, mas também vigilante para as tentativas de disciplina, é exemplificativo o sínodo realizado numa província do sul itálico. Ali se ordenou, sob pena de excomunhão e cinquenta quilos de cera, que “nenhum religioso, padre ou clérigo tinha que emprestar hábito, *cotta* ou outra coisa eclesiástica para fazer máscaras ou outros actos desonestos e proibidos e na mesma pena estejam os que em semelhantes hábitos vestiram”. Provavelmente, esse decreto com ampla difusão social é um sinal da atenção para os leigos e clérigos que usavam esses hábitos imbuídos de muitos poderes, sejam eles de casta/*status* ou com um elevado valor sagrado.

Mas, para além do espaço no livro dedicado a esta figura misteriosa do padre jovem, a criança é outro grande protagonista: um personagem que, como resultado do crime havia sido condenado a ficar aliás num limbo social e também no teológico, não tendo recebido nem o sacramento para o segundo nascimento, nem a obra de misericórdia corporal do enterro. Prosperi expõe esse e outros momentos entrelaçados com questões cruciais como alma e pessoa, especialmente a partir do capítulo intitulado *Uma “criatura” sem nome, ou quando um homem não é um homem* (p.164; V.I. p. 142). A indicação onomástica não é apenas um fio comum que corre a narrativa: sendo o nome uma das formas da alma (p. 202; V.I. p. 174) costura a conexão entre esta e o indivíduo. O acto de atribuir um nome constitui um momento constitutivo e criativo. Segundo Pierre Bourdieu é um acto de magia social. Para Prosperi significa dar o sinal por excelência da identidade individual (p. 195, V.I. pp. 167-168), um momento simbólico fundamental, e no caso de um recém-nascido representa a inclusão numa rede de ligações e protecções. Antes de tudo o padroeiro divino. Comparações com outros territórios europeus que depois da Reforma entenderam o sacramento do baptismo de forma diferente, as páginas centrais do livro abrem-se ainda à prática social que marca, com a sensibilidade de hoje, de acordo com Michael Mitterauer, um dos momentos mais íntimos do casal: a escolha do nome do nascituro. O prefácio do denso estudo do historiador austríaco é sintomático quando diz “ a época na qual se discute o nome dos filhos é com certeza uma das mais belas de um matrimónio. Mas pode suceder a mesma coisa quando se fala dos nomes dos netos”. No entanto, como foi mostrado pelo Autor, usando as observações do repórter Ryszard Kapuscinski ( p. 168; V.I. p. 145), com o advento do cristianismo e do islamismo, o exuberante mundo onomástico derivado da poesia e da história foi reduzida a uma dúzia de nomes a partir da Bíblia e do Corão. Um reflexo do contemporâneo sugerido pelo grande continente Africano, mas ligada às épocas anteriores, quando os antepassados e os santos tiveram um papel fundamental no processo de atribuição do nome na história europeia. Expressão de património imaterial, como também indicador de *status* o processo de escolha onomástica de um dado de natureza transforma-se em feito cultural, numa representação social. Não é por acaso que a onomástica das instituições de assistência de crianças nascidas fora do casamento reflectem processos semelhantes.

Em Bolonha, havia o Abrigo dos Bastardinhos, instituição onde Lucia poderia alternativamente livrar-se da criatura (p. 81; V.I. p. 69), em Florença o dos Inocentes, que recolhia os expostos geminando o nome do famoso cemitério parisiense (p. 201; V.I. p. 173). Indícios de como a criança abandonada fora também vista como uma categoria sem culpa, e concebida como um objecto de culto, tal como os santos. Mantendo-nos no território italiano e em particular no Sul, uma grande estrutura que operava no sector caritativo foi a Santa Casa dell'Annunziata em Nápoles. Esta designação é sintomática, projectada na defesa dos filhos da "Ave Grazia Plena", retomando as palavras do anjo Gabriel que deu o anúncio a Maria. Nápoles, além disso, era a populosa capital com uma forte mobilidade masculina, e este instituto caritativo recolhia ainda os frutos das distintas províncias do vice-reino peninsular. Também as instituições semelhantes do Norte peninsular italiano tiveram na Virgem e nas suas declinações (Madonna della Misericordia, Madonna della Scala, etc.) uma forte conotação de que teria marcado a origem dessa 'lama' da sociedade, ou seja desses enjeitados caídos do céu, colectados pela terra e colocados sob o manto de Maria [retomando Carlo Corsini, *Era piovuto dal cielo e la terra lo aveva raccolto*: il destino del trovatello, in *Enfance abandonnée et société en Europe XVIIe-XXe siècle*. Actes du colloque Rome, École Française de Rome, 1991, pp. 81-119]. Nesse sentido é significativo, depois, o nome das instituições ibéricas onde os órfãos eram recolhidos, como no caso de Madrid (Colégio de Niños Desamparados), ou dos colégios portugueses como aqueles dos Inocentes de Évora; da Nossa Senhora da Visitação de Vila Viçosa; de Nossa Senhora da Graça do Porto e, ainda no Porto, o instituto fundado pela Misericórdia do Recolhimento de Nossa Senhora da Esperança.

A Virgem era então padroeira de um poder por vezes capitalizado, como mostra o adjectivo possessivo "Nossa Senhora", para aqueles que a invocavam em momentos extremos de vida, mas também da morte. E foi, efectivamente, Santa Maria da Morte a titulação da irmandade que teve a tarefa de confortar as últimas horas de Lucia antes que, na manhã de 22 de Janeiro de 1710, fosse executada na praça de S. Petronio. Os irmãos confrades vestidos com roupa que ostentava os seus elevados *status* acompanharam a «paciente» desde a prisão para um lugar seguro e longe da curiosidade da multidão, a fim de investigar os sentimentos e

o estado de espírito da condenada. Por aqui ela encontrou uma recepção calorosa.

Como evidencia o Autor, para sublinhar o contraste entre fases limiares da vida da protagonista do livro, uma mulher estava presente naquele espaço habitado predominantemente por homens, entre os quais havia também um confessor, o médico da alma. Confessada e recebida a comunhão, outro ritual marcou os intensos momentos de conforto espiritual de Lucia. Em seguida, a assassina, no caminho para a forca recomendou-se ao poder de vários advogados celestiais. São sintomáticos os seus nomes, embora o autor não faça plena alusão a isso. Lucia invocou a Virgem Maria, da qual ainda tinha o nome; o psicopompo ou santo da boa morte São José; o padroeiro das mulheres que procuram marido e dos prisioneiros – e dos órfãos – S. António de Pádua; para também pedir a caridade da multidão, até votar-se a outra grande vítima da justiça. A partir destes sinais um novo passo caracterizou a sua vida de mulher indefesa e desprotegida naquele ritual que misturava perdão/punição colectiva, administração da justiça e acto de misericórdia. A última palavra proferida por Lucia foi «Jesus», antes que o carrasco actuasse (p. 358; V.I. p. 315). Focado no seu trabalho e no seu machado (outra faca entre aquelas encontradas no livro como a lâmina usada pela Lucia ou o bisturi dos cirurgiões) também o conto da crónica deixou uma eterna memória do dia marcado pelo ritual do perdão mútuo: uma extraordinária metamorfose em que a mulher se arrependeu, e a multidão estava amarrada com um laço fraterno de reconciliação e de paz. Para a cidade ofendida por este crime nefando – ou seja do qual não se podia falar – era uma espécie de renascimento, uma transformação, uma conversão, um novo começo ditado pelo desejo comum de justiça e de cancelamento do passado. Uma onda de re-semantização urbana e da sua representação que teve o epicentro na praça onde Lucia tinha dado a sua alma.

Na conclusão deste percurso voltamos às perguntas iniciais da leitura com um leque mais variado de respostas propostas, que não se limitam aos interrogativos do subtítulo. Com certeza a experiência daquela mulher camponesa (uma Lâmia ou uma Lâmina se quisermos) também pela sua conversão no principal espaço de sociabilidade urbana não é intercambiável com a de outras mães, e a sua individualidade é tudo menos uma silhueta em comparação com perfis de semelhantes mães infanticidas. Tendo presentes

os objectivos e as angústias que caracterizam as diferentes épocas, o Autor conclui o seu trabalho sublinhando como essas cerimónias públicas de execução capital fossem muito semelhantes às condenações tecnológicas das prisões dos Estados Unidos. Além disso a história de Lucia Maria Cremoni é um exemplo de reflexão. De várias reflexões. Nas cidades do tempo presente grandes anúncios publicitários de novas instituições querem tranquilizar tensões como esta “Preparada para o parto?”, e responde-se oferecendo cursos de preparação e acompanhamento ao parto e pós-parto, aliás da parentalidade. Outras vezes é um perigoso maço de cigarros encontrado no lixo a admoestar “se está grávida: fumar prejudica a saúde do seu filho”. Por outro lado, é este ainda o tempo da reprodução de obras de arte humana, de organismos geneticamente modificados, de peças anatómicas intercambiáveis deixadas nas mãos de monstruosas fantasias cirúrgicas, de obsessões e ansiedades comuns e individuais.

*Paola Nestola*

paola.nestola@tin.it

Bolsreira de Pós-doutoramento da FCT e investigadora colaboradora do Centro de História da Sociedade e da Cultura



**PAIVA, José Pedro – *Baluartes da Fé e da Disciplina. O enlace entre a Inquisição e os bispos em Portugal (1536-1750)*. Coimbra: Imprensa da Universidade de Coimbra, 2011, 480 pgs.**

A criação do Tribunal do Santo Ofício da Inquisição, em 1536, marcou um ponto de viragem na vida religiosa em Portugal. Concedido definitivamente